


A FALA CAIPIRA E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA: ASPECTOS LINGUÍSTICOS, HISTÓRICOS E CULTURAIS**THE RURAL DIALECT AND THE TEACHING OF THE PORTUGUESE LANGUAGE: LINGUISTIC, HISTORICAL, AND CULTURAL ASPECTS** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.028-026>**Marilda Alves Adão Carvalho**

Doutorado em Estudos Linguísticos

Universidade Estadual de Goiás - Campus Sudoeste / Sede: Quirinópolis

E-mail: mari.carvalho@ueg.brORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6066-9334>**RESUMO**

O presente artigo investiga a fala caipira como variedade historicamente constituída do Português Brasileiro, a partir do exame de seu percurso de formação, de sua estrutura linguística e dos efeitos sociais que regulam sua circulação, sobretudo no contexto escolar. A investigação, de natureza qualitativa e bibliográfica, fundamenta-se nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, que compreende a língua como fenômeno socialmente condicionado e sensível a fatores históricos, culturais e estruturais. A discussão teórica mostra que essa forma de falar não deriva de usos aleatórios, mas de um processo contínuo de formação territorial, de contatos linguísticos diversos e de redes sociais densas que favoreceram a manutenção de traços fonéticos, morfossintáticos e lexicais específicos. Assim sendo, fenômenos como monotongação, rotacismo e simplificação de concordâncias revelam um sistema coerente associado a práticas comunitárias persistentes. Também se observa que a estigmatização dessa variedade se intensificou com a expansão urbana e com políticas educacionais normativas, gerando tensões entre usos locais e expectativas escolares. Conclui-se, pois, que reconhecer a legitimidade estrutural e histórica da fala caipira amplia a compreensão da diversidade linguística brasileira e fortalece práticas pedagógicas que valorizem identidades regionais, superando visões homogêneas e excludentes no ensino de língua portuguesa.

Palavras-chave: Fala caipira; Variação linguística; Estigmatização; Identidades regionais.**ABSTRACT**

This article investigates caipira speech as a historically constituted variety of Brazilian Portuguese, examining its formative trajectory, its linguistic structure, and the social effects that regulate its circulation, especially within school contexts. This qualitative and bibliographic study is grounded in the principles of Variationist Sociolinguistics, which understands language as a phenomenon shaped by social conditioning and sensitive to historical, cultural, and structural factors. The theoretical discussion shows that this way of speaking does not arise from random usage but from a continuous process of territorial formation, diverse linguistic contacts, and dense social networks that fostered the maintenance of specific phonetic, morphosyntactic, and lexical features. In this regard, phenomena such as monophthongization, rhotacism, and the simplification of agreement patterns reveal a coherent system associated with persistent community practices. The study also observes that the stigmatization of this variety intensified with urban expansion and prescriptive educational policies, generating tensions between local uses and school expectations. Conclui-se, pois, que recognizing the structural and historical legitimacy of fala caipira broadens the understanding of Brazilian linguistic diversity and strengthens pedagogical practices that value regional identities, overcoming homogeneous and exclusionary views in the teaching of Portuguese.



Keywords: Caipira speech; Linguistic variation; Stigmatization; Regional identities.



1 INTRODUÇÃO

A história linguística do Brasil revela que diferentes variedades do português se constituíram não como meros modos alternativos de falar, mas como respostas estruturadas a condições sociais, geográficas e culturais diversas. Entre essas variedades, a fala caipira ocupa posição singular: ela emergiu em regiões onde processos de povoamento, atividades econômicas e formas de organização comunitária produziram um conjunto de práticas linguísticas que se sedimentaram de modo coerente e persistente ao longo dos séculos. Essa variedade não se explica por traços isolados ou por particularidades anedóticas, mas por uma rede histórica que envolve permanência territorial, padrões de mobilidade reduzida, interações interétnicas e transmissão comunitária contínua. Reconhecer essa formação é o primeiro passo para compreender por que o falar caipira se mantém como um sistema linguístico estruturado e estável, mesmo diante de forças que buscaram uniformizar o português brasileiro.

É nesse quadro histórico de constituição e estabilidade que se insere o percurso sociolinguístico do interior paulista e de regiões limítrofes, marcado por dinâmicas demográficas que favoreceram a consolidação de práticas linguísticas específicas. Nesse contexto, a partir de ciclos econômicos diversificados, de padrões rurais de convivência e de uma distribuição espacial que promovia forte vinculação entre famílias, vizinhanças e redes de parentesco, consolidou-se um ambiente propício à manutenção de traços fonéticos, morfossintáticos e lexicais que, mais tarde, seriam descritos por Amadeu Amaral (2020) e aprofundados por pesquisadores contemporâneos. Não se trata de um conjunto aleatório de características, mas de um sistema que reflete uma história particular de contato, transmissão e continuidade linguística.

A valorização dessas práticas, entretanto, nunca acompanhou sua relevância histórica. Com a modernização urbana, a ampliação dos meios de comunicação e a consolidação de políticas educacionais de base normativa, a fala caipira passou a ser enquadrada segundo parâmetros urbanos de prestígio que pouco dialogavam com a realidade dos grupos que a mantinham. Essa mudança não representou apenas uma reorganização de valores linguísticos; ela redefiniu formas de reconhecimento social e, em muitos casos, instaurou mecanismos de desqualificação direcionados às populações rurais. Assim, compreender os impactos dessa transformação demanda analisar não apenas traços linguísticos, mas concepções de língua, projetos de país e formas de regulação simbólica que se fortaleceram ao longo do século XX.

Diante disso, a escola ganha centralidade, não apenas como espaço de transmissão de conteúdos, mas como instância que regula modos de dizer. A instituição escolar se tornou uma das principais mediadoras entre normas linguísticas e práticas sociais, ao mesmo tempo em que difundiu uma visão de língua pautada pela homogeneidade e pela coerência gramatical idealizada. Quando a fala caipira entra em cena, o que se evidencia não é apenas a discrepância entre usos escolares e usos comunitários, mas um conflito entre modelos de legitimidade que orientam diferentes formas de falar. O que os alunos trazem de

seus ambientes familiares e regionais muitas vezes encontra resistência nos critérios que estruturam o ensino da língua portuguesa, produzindo tensões que incidem diretamente sobre identidades e trajetórias escolares.

É nesse quadro de tensões sociolinguísticas e disputas simbólicas que ganha forma a presente pesquisa, que, de caráter qualitativo e bibliográfico, bem como ancorada nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, tem como objetivo examinar a fala caipira em sua constituição histórica, em seu funcionamento estrutural e nos efeitos sociais que decorrem de sua circulação, especialmente no espaço escolar. Ao articular esses três eixos, o estudo enfatiza que a diversidade linguística não representa um entrave ao ensino, mas integra de modo constitutivo a experiência dos falantes e deve ser reconhecida como dimensão fundamental do português brasileiro.

2 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA FALA CAIPIRA E SEUS MARCOS SOCIOCULTURAIS

A história linguística do Brasil se organiza a partir de processos estruturais amplos, que extrapolam limites regionais e revelam que a constituição do país decorre de encontros, tensões e permanências culturais. Desde os primeiros séculos da colonização, o tecido territorial brasileiro foi sendo moldado por deslocamentos humanos diversos, por dinâmicas econômicas marcadas pela desigualdade e por redes de circulação muitas vezes descontínuas. Esses fatores, combinados a formas específicas de organização social que se sedimentaram ao longo do tempo, compõem o quadro histórico que, como observa Lucchesi (2015), moldou de maneira decisiva o desenvolvimento da língua no Brasil.

Quando se desloca o olhar para as implicações sociolinguísticas desse percurso, percebe-se que a formação da fala caipira não pode ser dissociada da longa duração histórica em que a língua se organiza sob a ação contínua de processos coloniais, demográficos e culturais. A constituição dessa variedade exige, portanto, atenção aos movimentos de povoamento que reorganizaram o interior do Brasil nos primeiros séculos da colonização, uma vez que sua configuração linguística só se esclarece quando se considera o entrelaçamento entre deslocamentos populacionais, dinâmicas econômicas e práticas culturais persistentes (Amaral, 2020).

Ao observar esse conjunto de forças atuando de modo conjunto, articulado, torna-se possível compreender que a variedade caipira emerge precisamente da confluência entre heranças indígenas, da chegada de portugueses de distintas regiões e das influências africanas que circularam por amplas rotas coloniais. Nesse sentido, como argumenta Mattoso Câmara Jr. (1979), a formação do português brasileiro resulta de reajustes estruturais produzidos pelas condições sociais, sanitárias e pelos modos de interação estabelecidos no território. Assim, a compreensão do falar caipira implica reconhecer a historicidade de um modo de viver e de falar consolidado por experiências compartilhadas entre grupos diversos.

Considerando essa dinâmica histórica, a ocupação do chamado “sertão paulista” configura-se como um desdobramento decisivo desse processo, mobilizando frentes de expansão baseadas na agricultura rudimentar, na pecuária e em atividades extrativistas (Holanda, 2017). Esse movimento de interiorização não apenas reorganizou fluxos populacionais, mas também criou condições para que a língua portuguesa se desenvolvesse em ambientes menos submetidos ao controle normativo. Como observa Amaral (2020), essa circulação relativamente autônoma favoreceu a consolidação de traços fonéticos e morfossintáticos específicos, hoje reconhecidos como característicos da fala caipira. Nesse quadro, evidencia-se que a língua se molda às práticas da vida cotidiana, convertendo os usos linguísticos em marcas de pertencimento e de distinção sociocultural.

O protagonismo indígena nesse processo precisa ser reafirmado, sobretudo porque a convivência prolongada entre colonos e populações nativas inaugurou novos modos de organização fonológica e lexical. Rodrigues (2019) argumenta que o tupi, amplamente falado até o século XVIII, influenciou não apenas o vocabulário português, mas também padrões prosódicos que repercutiram em diferentes regiões, inclusive na área ocupada pelos paulistas. Desse modo, muitos itens lexicais incorporados ao repertório caipira revelam a permanência de práticas enunciativas transmitidas intergeracionalmente, o que reforça a natureza híbrida dessa variedade.

Outro eixo decisivo para a consolidação do falar caipira envolve os deslocamentos de sertanistas, bandeirantes e tropeiros, cujas expedições contribuíram para difundir e estabilizar determinados usos linguísticos. Para Amaral (2020), o contato frequente entre esses agentes e populações dispersas pelo território criou redes de comunicação nas quais circulavam formas linguísticas que, posteriormente, se fixaram como traços identitários de comunidades rurais. Esse processo de circulação, aliado à baixa escolarização durante longos períodos, permitiu que estruturas arcaicas se mantivessem vivas na fala cotidiana.

A presença africana também desempenhou papel relevante, ainda que frequentemente silenciado nas análises mais tradicionais. Castro (2023) destaca que elementos provenientes de línguas bantas e iorubás influenciaram o português popular do interior, sobretudo por meio de práticas culturais compartilhadas em fazendas, quilombos e comunidades rurais. Embora tais contribuições nem sempre sejam perceptíveis em nível fonológico, sua influência lexical e pragmática permanece como indício de intercâmbios socioculturais que moldaram a configuração do português regional. Essas interações históricas e culturais, somadas às dinâmicas populacionais de longa duração, ajudam a compreender como certos modos de falar se enraízam em práticas de vida específicas.

A ruralidade, compreendida não apenas como forma de organização produtiva, mas como modo de compreender o mundo, consolidou uma estética própria de fala, marcada por ritmo particular, escolhas lexicais situadas e estratégias de interação que reafirmam pertencimentos locais (Bortoni-Ricardo, 2004).

Essa autora lembra que toda variedade linguística nasce da articulação entre práticas sociais e dinâmicas comunicativas internas aos grupos, o que indica que a fala caipira não é mero resquício do passado, mas resultado da permanência de modos de sociabilidade específicos (Bortoni-Ricardo, 2014). Essa perspectiva desloca a análise para além da descrição estrutural, enfatizando a dimensão etnográfica do fenômeno, isto é, a observação das práticas de interação, rotinas comunitárias e sentidos culturais que sustentam determinadas escolhas linguísticas.

Assim sendo, a partir do século XIX, com a intensificação das atividades agrícolas e a organização de núcleos urbanos incipientes, a fala caipira passou a conviver com padrões linguísticos associados à escolarização, o que ampliou tensões entre normatividade e usos cotidianos. À medida que as instituições escolares se consolidavam, difundiam ideologias linguísticas que atribuíam prestígio às variedades urbanas letradas e, simultaneamente, desqualificavam as formas rurais. Esse processo, sustentado por práticas de ensino e por discursos de valorização da norma culta, desencadeou dinâmicas de estigmatização que persistem até hoje, afetando a circulação e o reconhecimento social do falar caipira (Bagno, 2013; Faraco, 2016).

Mesmo sob pressão de modelos de prestígio, diversos traços da variedade resistiram, demonstrando sua forte vinculação a experiências comunitárias e identitárias. Amaral (2020) aponta que a manutenção de certas formas arcaicas se explica pelo enraizamento da oralidade e pelo papel social desempenhado pela tradição narrativa local. Histórias, cantos e celebrações coletivas funcionaram como mecanismos de transmissão linguística, permitindo que a fala caipira preservasse marcas distintivas ao longo do tempo. Além disso, a forte coesão das redes de sociabilidade rurais favoreceu a continuidade dessas práticas, uma vez que a circulação cotidiana da linguagem se fazia predominantemente entre membros de comunidades estreitamente vinculadas por laços familiares, econômicos e afetivos (Candido, 2023).

As transformações sociológicas ocorridas no século XX, especialmente com a migração campo-cidade, redesenharam o lugar dessa variedade no imaginário social brasileiro. Os deslocamentos populacionais intensificaram o contato entre falantes de diferentes regiões, fazendo com que a fala caipira passasse a circular em novos ambientes urbanos (Amaral, 2020). Essa circulação, contudo, não dissolveu suas particularidades; ao contrário, tornou-as ainda mais visíveis, sobretudo em contextos de discriminação linguística.

Com a ampliação dessas dinâmicas, a incipiente industrialização do interior paulista e paranaense, somada à expansão ferroviária, introduziu novas dinâmicas linguísticas, mas também reafirmou a força de redes sociais densas. Milroy (1987) destacam que comunidades com vínculos fortes tendem a conservar traços linguísticos locais por mais tempo, o que ajuda a compreender a persistência de características fonéticas tradicionais, mesmo diante de mudanças econômicas significativas. Essa resistência estrutural



evidencia que o falar caipira se sustenta em laços comunitários que operam como guardiões de práticas discursivas.

Como esse pano de fundo, nas últimas décadas, a valorização de estudos sobre identidade regional abriu espaço para revisões importantes acerca da fala caipira. Segundo Amaral (2020) e Bagno (2013), a compreensão dessa variedade exige situá-la no interior de trajetórias históricas que articulam memória, práticas culturais e processos de territorialização. Assim, o falar caipira não é apenas uma manifestação linguística, mas um dispositivo simbólico que organiza modos de habitar o espaço e de narrar experiências.

É possível afirmar ainda que a formação histórica da fala caipira sintetiza um percurso complexo, em que se entrelaçam múltiplos agentes, temporalidades e práticas sociais. Esse percurso evidencia que as línguas se transformam conforme os sujeitos constroem suas experiências e modos de vida, reafirmando a historicidade de cada variedade regional (Amaral, 2020). Para esse autor e para Bagno (2013), a compreensão da diversidade linguística brasileira implica reconhecer a legitimidade de formas de expressão que se constituíram em diálogo com a própria história do país. Assim, a fala caipira se apresenta como testemunho vivo de processos sociais duradouros, preservando marcas culturais que enriquecem o mosaico linguístico nacional.

3 CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA FALA CAIPIRA: FONÉTICA, MORFOSSINTAXE E LÉXICO

A caracterização estrutural da fala caipira exige, antes de tudo, uma contextualização que reconheça sua profundidade histórica e a amplitude de seus fundamentos linguísticos. Desde a clássica obra de Amaral (2020), tornou-se claro que essa variedade não se limita a um conjunto disperso de traços rurais, mas corresponde a um sistema organizado, sustentado por práticas culturais e condições históricas específicas que moldaram, ao longo dos séculos, um modo próprio de falar. Essa perspectiva inicial abre espaço para compreender que as particularidades fonéticas, morfossintáticas e lexicais do falar caipira não podem ser analisadas de forma isolada: elas formam um tecido estruturado que reflete a vida comunitária do interior paulista e de regiões adjacentes.

A partir dessa compreensão, a análise fonética torna-se um ponto de entrada decisivo, pois revela alguns dos traços mais reconhecíveis dessa variedade. Amaral (2020) descreve fenômenos como a monotongação e a abertura vocálica como elementos estruturais, e não como desvios da chamada norma culta. A monotongação de ditongos como [ej] em “peixe”, realizado como “pêxe”, ilustra esse processo recorrente de simplificação articulatória. Já a abertura vocálica aparece de forma bastante evidente em realizações como “melancia” dita como “mélancia”, ou “telefone” pronunciado como “teléfone”, nas quais o timbre da vogal média se torna mais aberto e claramente audível. Esses processos fonéticos resultam de um longo percurso de transmissão oral, reforçado por redes sociais densas e por práticas comunicativas

que privilegiam interações face a face. A presença desses traços indica, conforme assevera Bagno (2013), que o falar caipira se estabilizou em regiões onde o contato contínuo entre gerações permitiu a manutenção de padrões articulatórios característicos.

Essa estabilidade fonética se entrelaça com o rotacismo, fenômeno amplamente discutido por Bortoni-Ricardo (2014) como parte de um processo mais amplo de reorganização de segmentos consonantais em contextos rurais. A substituição de laterais por vibrantes em posição intervocálica, tal como em “pranta” em vez de “planta”; “marvado” em vez de “malvado”, longe de representar um “erro”, expressa escolhas sistemáticas que reorganizam a sonoridade do português regional. Esse traço acústico, percebido de imediato por ouvintes externos, evidencia que a fala caipira desenvolveu suas próprias regras de equilíbrio fonológico, ajustando ritmos e sequências articulatórias a partir da experiência concreta dos falantes (Amaral, 2020).

Outros fenômenos, como a abertura de vogais em sílabas pretônicas, conforme se vê em fêjão para fêjão (com o “e” mais aberto, soando quase como “féijão”); podi para (com o “o” mais aberto); novidade para nóvidade (também “o” mais aberto), reforçam esse modelo fonético particular. Faraco (2016) observa que a língua portuguesa no Brasil tende à abertura vocálica, mas variações como a caipira acentuam essa tendência e conferem-lhe contornos ainda mais marcados. O resultado é uma musicalidade própria, um modo de pronunciar que combina traços herdados com reelaborações produzidas pela vida comunitária. Assim, a fonética regional se revela não como simples preservação do passado, mas como adaptação contínua a ritmos sociais específicos.

Essa organização sonora está diretamente relacionada aos mecanismos morfossintáticos, que formam outra camada fundamental do falar caipira. Formas como “nós vai” ou “a gente fomos” exemplificam a convivência de sistemas diferenciados de concordância, fenômeno que Lucchesi (2015) discute no contexto da variação popular no português brasileiro. Ao favorecer construções com menor complexidade morfológica, o falar caipira revela um padrão funcional estável, especialmente em comunidades onde a oralidade desempenha papel central na socialização.

O comportamento pronominal reforça essa lógica, pois se observa a alternância entre *tu* e *você*, e, especialmente, a predominância desse último acompanhado de verbos na terceira pessoa, demonstra — como explica Monteiro (1994) — uma reorganização contínua do sistema pronominal, orientada por fatores sociocomunicativos. Em localidades de tradição caipira, essa preferência reflete dinâmicas de proximidade social, formas de tratamento e acordos implícitos sobre modos de interação, indicando que a morfossintaxe se regula de acordo com valores de convivência específicos.

Outro ponto relevante envolve o uso recorrente de pronomes retos como objeto, em enunciados do tipo *vi ele ontem*. Para Bagno (2012), esse comportamento não representa falha gramatical, mas processo de simplificação estrutural coerente com a evolução do português brasileiro. No falar caipira, essa

simplificação atende a critérios de clareza referencial e espontaneidade comunicativa, que se encaixam no perfil de comunidades em que a interlocução cotidiana demanda fluidez e rapidez.

Essa articulação entre fonética e morfossintaxe, de acordo com Bagno (2011), ganha densidade quando examinamos o léxico, pois o repertório vocabular do falar caipira constitui verdadeiro arquivo cultural. Palavras como *trem*, *capiau*, *candeeiro*, *butina* e *mundiça* aparecem, conforme analisa Amaral (2020), como vestígios vivos de ocupações antigas, práticas agrícolas, atividades extrativistas e modos de vida marcados pela relação direta com a terra. Esses itens exprimem experiências compartilhadas e funcionam como índices de pertencimento, indicando que o léxico não se reduz à nomeação, mas também à memória coletiva.

A contribuição indígena para esse repertório é amplamente documentada. Rodrigues (2019) reforça que termos provenientes do tupi — especialmente referentes à fauna, à flora e à configuração geográfica — permeiam o cotidiano linguístico das regiões de tradição caipira. Na fala atual, esses vocábulos assumem funções discursivas ampliadas, conectando práticas ancestrais a situações do presente e evidenciando que o léxico constitui espaço privilegiado de continuidade cultural. Para além dessa ideia, ao se considerar que variação e escolha linguística carregam valores sociais e são interpretadas localmente pelos falantes (Labov, 2008), compreende-se que muitos desses itens de origem indígena passam a operar como sinais de pertencimento regional. Não se trata, portanto, apenas de herança lexical, mas de elementos que, no uso cotidiano, ajudam a compor modos de identificação e de reconhecimento comunitário, reforçando vínculos territoriais inscritos na experiência da fala caipira.

Nesse mesmo quadro de estratificação histórica do repertório caipira, as influências africanas, ainda que mais sutis, também compõem esse mosaico lexical. Expressões e palavras de origem banta e iorubá se disseminaram por rotas de circulação internas ligadas ao trabalho escravizado, deixando marcas em diferentes regiões, inclusive naquelas associadas ao falar caipira. A presença desses elementos aponta para a diversidade étnica que permeou a formação da variedade, revelando que seu vocabulário é resultado de múltiplos encontros culturais (Lopes, 2011).

Quando se observa a composição mais ampla desse repertório, entre os diversos elementos que o compõem, destacam-se as expressões idiomáticas que condensam formas particulares de interpretar o cotidiano. Fórmulas como *vai indo*, *não dá nada* e *isso é coisa pouca* revelam uma perspectiva prática sobre a vida, estruturada por valores comunitários e filosofias de existência transmitidas oralmente. Castilho (2010) lembra que tais expressões são artefatos discursivos que organizam percepções sociais e expectativas coletivas, contribuindo para a construção de sentidos compartilhados.

Tomados em conjunto, os elementos fonéticos, morfossintáticos e lexicais formam um todo integrado que sustenta a identidade linguística da variedade caipira. Essa estabilidade não se dá por acaso: Milroy (1987) destacam que sistemas linguísticos inseridos em redes sociais sólidas tendem a preservar

traços internos por longos períodos, o que permite compreender por que o falar caipira mantém consistência mesmo diante das profundas transformações do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a estrutura da variedade caipira funciona como alicerce para modos de vida em que a linguagem se constitui como principal meio de continuidade cultural e social. Essa estabilidade, porém, não impede movimentos de renovação; pelo contrário, ela convive com processos de incorporação e reinterpretação de elementos novos (Lopes, 2011). Nas regiões em que a urbanização e a escolarização introduziram padrões linguísticos distintos, a fala caipira demonstra flexibilidade ao acomodar essas inovações sem perder coerência interna. Dessa forma, suas estruturas articulam conservação e transformação, evidenciando um sistema dinâmico capaz de sustentar a identidade comunitária ao mesmo tempo em que se adapta às mudanças culturais (Candido, 2023).

A análise dessas características estruturais evidencia que o falar caipira constitui um sistema complexo, sustentado por camadas históricas, redes de interação e práticas culturais persistentes. Suas estruturas não emergem por acaso, mas se formam na confluência entre heranças antigas e demandas atuais, reforçando que a diversidade linguística brasileira se manifesta de maneira profunda nos usos cotidianos da língua (Amaral, 2020). Essa variedade, estudada desde esse autor até autores contemporâneos, permanece como testemunho das múltiplas forças que configuram o português no Brasil.

4 ESTIGMATIZAÇÃO, IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO FALAR CAIPIRA

A discussão sobre as formas de falar no Brasil permite perceber e entender que as práticas linguísticas nunca se limitam a escolhas individuais: elas são marcadores sociais, históricos e identitários que atravessam relações de poder. Nesse cenário, o falar caipira ocupa um lugar particularmente expressivo, pois se tornou, ao longo do tempo, um dos espaços privilegiados em que se projetam expectativas, julgamentos e disputas sobre quem tem legitimidade para falar e ser ouvido. A maneira como essa variedade foi sendo registrada, avaliada e circulada em diferentes épocas revela muito mais sobre as ideologias linguísticas que estruturam a sociedade brasileira do que sobre qualquer suposta “deficiência” dos falantes.

É justamente essa história de valorações desiguais que permite compreender por que a circulação social da fala caipira revela tensões profundas entre modos de vida, processos de modernização e regimes de valoração da linguagem no Brasil. À medida que transformações econômicas e urbanísticas alteraram relações entre campo e cidade, essa variedade passou a ser enquadrada por discursos que a posicionam como índice de atraso, rusticidade ou falta de instrução (Guerra, 2021). Esse enquadramento não deriva de propriedades linguísticas em si, mas de dinâmicas históricas pelas quais grupos rurais foram sistematicamente marginalizados, especialmente a partir do século XX, como demonstram estudos sociolinguísticos que relacionam língua e estrutura social, entre eles os de Bagno (2013) e Faraco (2016).

Assim, compreender os sentidos que se projetam sobre o falar caipira exige observar como determinadas vozes são legitimadas, enquanto outras são silenciadas em processos mais amplos de hierarquização social.

O preconceito linguístico direcionado ao falar caipira se consolida na interseção entre as ideologias de padrão e a constituição histórica das elites letradas no Brasil. Como lembram Faraco e Zilles (2016), o ideal normativo que se difundiu nos espaços escolares e institucionais foi construído a partir de modelos europeus, distantes das práticas linguísticas da maioria da população. Nesse cenário, advogam Gonçalves (2012); Rubio e Gonçalves (2012), que variedades vinculadas ao interior paulista e a regiões limítrofes foram enquadradas como desvios ou imperfeições, configurando uma lógica que transforma diferenças estruturais em desigualdades simbólicas. Esse mecanismo evidencia que o estigma não se explica pela língua, mas pela distribuição desigual de prestígio social entre grupos.

As representações negativas da fala caipira também se intensificaram a partir de mídias que reforçaram caricaturas sobre habitantes do interior. Pesquisas sobre discursos midiáticos, como as de Ilari e Basso (2025), mostram que emissoras de rádio, televisão e, posteriormente, plataformas digitais replicaram imagens que associam esse modo de falar à ingenuidade ou falta de competência. Para esses autores, embora tais imagens possam ser percebidas como meras construções humorísticas, exercem efeitos duradouros sobre a percepção pública, de modo a cristalizar estereótipos que naturalizam posições subalternizadas. A linguagem, nesse contexto, converte-se em marcador social de desvalorização.

Ao mesmo tempo, práticas comunicativas cotidianas revelam a força das ideologias linguísticas na construção de juízos de valor. Conforme comenta Bortoni-Ricardo e Almeida (2023), julgamentos sobre variedades costumam ser apresentados como avaliações técnicas, quando, na verdade, constituem manifestações de crenças sobre quem fala. Isso significa que o estigma recai sobre pessoas e grupos, e não sobre a estrutura da fala caipira. Assim, segundo essas autoras, a naturalização de interpretações negativas desconsidera a complexidade sociolinguística dessa variedade e limita a compreensão de sua legitimidade como prática cultural e histórica.

Nesse contexto, o processo de escolarização contribuiu para consolidar percepções desiguais sobre as variedades do português brasileiro. Bagno (2013) destaca que, durante décadas, a escola operou como um dispositivo de controle simbólico, isso ao promover a ideia de que apenas um modelo de língua — o padrão urbano de prestígio — seria adequado. Nesse ambiente, a fala caipira tornou-se exemplo recorrente do que deveria ser evitado, reforçando a oposição entre “correto” e “incorreto”. Esse movimento gera, como se lê em Bortoni-Ricardo e Almeida (2023), bem como em Bagno (2013), um apagamento das histórias linguísticas regionais e contribui para a manutenção de políticas de língua que reproduzem desigualdades.

Essa construção simbólica do estigma repercute também na esfera identitária, uma vez que a fala caipira constitui parte integrante de modos de vida, redes de sociabilidade e memórias compartilhadas, como evidencia Amaral (2020) em sua análise pioneira sobre esse falar. Ao rotular essa variedade como



indesejável, os discursos sociais reforçam a deslegitimação das identidades associadas ao interior, configurando uma tentativa de homogeneização que ignora a diversidade constitutiva do português brasileiro e restringe as possibilidades de reconhecimento público das pluralidades linguísticas (Bagno, 2013; Candido, 2023).

Nesse sentido, a percepção de inferioridade atribuída ao falar caipira opera segundo mecanismos de colonialidade linguística, o que é reforçado por Faraco (2016), ao argumentar que a crença na superioridade do padrão europeu ainda orienta julgamentos, mesmo que de forma implícita, sustentando hierarquias que posicionam variedades populares como deficitárias. O falar caipira, segundo Candido (2023), é avaliado a partir de parâmetros que desconsideram sua lógica interna e suas condições de uso, baseando-se, em vez disso, em expectativas externas derivadas de ideais de correção europeia. Esse descompasso reflete a persistência de estruturas coloniais na avaliação das práticas linguísticas, criando condições para leituras distorcidas do fenômeno linguístico.

Essa lógica de deslegitimação e hierarquização atravessa também os espaços digitais, onde as transformações tecnológicas ampliaram a circulação de discursos sobre fala e identidade, produzindo novos cenários em que estigmas podem ser tanto reproduzidos quanto contestados, evidenciando a continuidade e a renegociação das hierarquias linguísticas. Vieira (2022) destaca que influenciadores digitais utilizam variações linguísticas regionais para construir redes de sociabilidade e identidades culturais, enquanto Bitencourt *et al.* (2022) ressaltam que ambientes digitais intensificam tanto práticas discriminatórias quanto movimentos de valorização das variedades regionais. No caso do falar caipira, é possível observar, em redes sociais, a convivência entre comentários depreciativos e iniciativas que reivindicam orgulho regional. Essa coexistência revela que as ideologias linguísticas não são estáveis, mas disputadas permanentemente (Bagno, 2013).

Dentro dessa disputa, a noção de autenticidade adquire especial relevância, pois atribuir à fala caipira um valor associado à tradição ou à memória, como observa Moreira (2020), pode operar tanto para reforçar estereótipos quanto para afirmar identidades. O autor assinala que, por um lado, discursos que idealizam o “caipira típico” tendem a reificar imagens folclorizadas; por outro, movimentos culturais contemporâneos mobilizam essa variedade para construir narrativas de pertencimento e resistência. Dessa forma, o mesmo elemento linguístico pode assumir significados distintos, dependendo do contexto de enunciação e das finalidades sociais que orientam seu uso.

Assim, a análise das ideologias linguísticas exige compreender os efeitos que elas produzem nos corpos que falam. Nesse sentido, Bourdieu (2021), em suas reflexões sobre capital linguístico, observa que determinadas maneiras de falar são convertidas em recursos simbólicos capazes de gerar reconhecimento ou exclusão. No caso do falar caipira, sua associação à rusticidade limita o acesso a espaços de prestígio,



criando barreiras que vão além da dimensão linguística e evidenciam os vínculos entre linguagem, mercado simbólico e desigualdade estrutural.

O estigma que recai sobre essa variedade também influencia práticas de autocensura linguística. Estudos de Sociolinguística Educacional, como os de Bortoni-Ricardo (2025), revelam que muitos falantes ajustam seu modo de falar para evitar julgamentos negativos, sobretudo em contextos institucionais. Esse ajuste, de conformidade com a estudiosa, frequentemente naturalizado como sinal de civilidade, produz tensões identitárias e compromete a valorização das tradições linguísticas locais. A tentativa de adequação revela o quanto os indivíduos internalizam ideologias linguísticas desiguais.

Apesar disso, iniciativas de valorização têm ganhado espaço em debates contemporâneos sobre diversidade linguística. Projetos culturais, estudos acadêmicos e políticas educacionais inspiradas em perspectivas sociolinguísticas — como defendem Bagno (2013) e Faraco (2016) — têm buscado questionar hierarquias e promover a compreensão das variedades como patrimônio cultural. No caso do falar caipira, o reconhecimento de sua legitimidade possibilita visibilizar histórias regionais e fortalecer identidades historicamente silenciadas (Machado *et al.*, 2023).

Essas discussões revelam que os sentidos atribuídos ao falar caipira não são estáticos; eles emergem de processos sociais amplos, permeados por disputas de poder, ideologias e projetos de identidade. Desse modo, analisar estigmas linguísticos implica compreender como a sociedade organiza suas hierarquias simbólicas e como os sujeitos se posicionam diante delas (Bourdieu, 2021). A reflexão sobre esse fenômeno abre caminhos para práticas mais inclusivas e sensíveis às múltiplas formas de expressão que compõem o português brasileiro.

5 IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS: O FALAR CAPIRA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

A presença do falar caipira nas salas de aula oferece uma entrada privilegiada para discutir a relação entre diversidade linguística, práticas culturais e processos de escolarização no Brasil. O sistema educacional, historicamente orientado por ideais de homogeneidade, construiu práticas que pouco dialogam com a pluralidade constitutiva do português brasileiro, como indicam Faraco (2016) e Bagno (2013). Nesse cenário, conforme pressupostos desses autores, variedades regionais foram reduzidas a desvios em relação ao padrão de prestígio, e não reconhecidas como formas legítimas de significar o mundo. Inserir o falar caipira nos debates pedagógicos, portanto, significa desestabilizar concepções cristalizadas sobre língua e ensino, ampliando o espaço para reflexões que considerem identidades, trajetórias socioculturais e modos de vida que atravessam o cotidiano escolar.

É nesse contexto de reflexão sobre a legitimidade das variedades linguísticas que a escola ocupa um papel estratégico na formação de valores relacionados à linguagem. Estudos sociolinguísticos, como os de



Bortoni-Ricardo (2025), apontam que a instituição escolar não apenas ensina conteúdos, mas produz representações sobre o que é considerado adequado, elegante ou correto. Quando a fala caipira é apresentada como marca de desvio, os alunos que utilizam essa variedade são expostos a processos de deslegitimação que impactam sua relação com o conhecimento e com a própria identidade. Reconhecer essa dinâmica é fundamental para construir práticas pedagógicas que não reforcem desigualdades, mas que ampliem possibilidades de participação dos sujeitos (Moraes; Vieira, 2022; Bortoni -Ricardo, 2025; Bagno, 2013).

Essa compreensão exige reposicionar a escola como espaço de circulação de múltiplas vozes. Logo, ao tratar da fala caipira como patrimônio cultural e histórico, tal como já descrevia Amaral (2020), o ensino de língua pode se tornar um momento de reflexão crítica sobre a própria constituição do português brasileiro, o que implica articular conteúdos formais — como fonética, morfossintaxe e léxico — com a análise dos processos sociais que produzem representações e valorizações desiguais. A diversidade, nesse quadro, deixa de ser tolerada e passa a ser reconhecida como elemento estruturante da experiência linguística.

Essa mudança de perspectiva exige, por consequência, que a formação docente seja repensada, a fim de que os professores desenvolvam instrumentos /ou recursos teóricos e metodológicos que lhes permitam abordar a variação de maneira crítica. Faraco (2016) advoga que muitos profissionais ainda se apoiam em noções prescritivistas consolidadas por uma tradição gramatical que privilegia o padrão, dificultando sobremaneira que os alunos reconheçam a heterogeneidade linguística e, assim sendo, que a fala caipira segue regras, apresenta coerência interna e possui história própria. Nesse sentido, a preparação para lidar com a diversidade, conforme salienta Faraco (2015), demanda do professor contato com pesquisas atualizadas, conhecimento sobre Sociolinguística Educacional e abertura para questionar modelos tradicionais de correção.

Nessa direção, práticas pedagógicas que valorizem experiências linguísticas dos alunos podem favorecer processos de aprendizagem mais significativos. Essa compreensão é reforçada por Faraco (2015), ao afirmar que a integração de saberes comunitários ao ambiente escolar contribui para fortalecer vínculos entre estudantes e o conhecimento. Então, quando alunos reconhecem que seu modo de falar é legítimo e possui relevância histórica, cultural e linguística, eles se veem autorizados a participarem mais ativamente das interações e a desenvolverem uma relação menos assimétrica com a língua padrão - uma mudança de postura que afeta diretamente o engajamento e a autoestima dos aprendizes.

De forma complementar, tem-se que uma abordagem pedagógica crítica da fala caipira permite ao docente analisar as ideologias linguísticas presentes em livros didáticos, nas práticas avaliativas e nas suas interações cotidianas com os colegas e discentes. Ao analisarem materiais escolares, Ilari e Basso (2025) mostram que ainda predominam representações que reforçam oposição entre norma culta e variedades

regionais, reforçando juízos de correção e erro. Essa estrutura dificulta a compreensão de que diferentes formas de falar respondem a necessidades comunicativas específicas e organizam-se segundo padrões próprios. Incluir a fala caipira no planejamento pedagógico significa trabalhar com recursos que desnaturalizam hierarquias e ampliam o repertório crítico dos estudantes (Ilari; Basso, 2025).

Outro movimento importante consiste em integrar práticas de análise linguística orientadas pela observação dos usos reais da língua. Essa necessidade torna-se ainda mais evidente quando se considera a crítica de Bagno (2013), ao colocar que atividades avaliativas e exercícios tradicionais frequentemente se afastam de fenômenos empíricos, impedindo que o aluno perceba o caráter vivo e dinâmico da linguagem. Portanto, partir de registros autênticos do falar caipira — entrevistas, vídeos, narrativas orais — pode ampliar a percepção dos estudantes sobre processos fonético-fonológicos, morfossintáticos e lexicais, de forma a facultar-lhes a compreensão, na prática, de como se estruturam as variedades.

Com essa abordagem, faz-se necessário esclarecer que a valorização do falar caipira e de outras variedades no processo ensino-aprendizagem não implica abandono da variedade culta da língua, mas compreender sua função dentro de um sistema linguístico plural. Faraco (2009) ressalta que o domínio da variedade de prestígio é um direito de todos os falantes, mas esse domínio não deve ser alcançado às custas da deslegitimação de outras práticas linguísticas. Cabe à escola explicar para quê, quando e por que determinadas escolhas linguísticas são mais apropriadas, ajudando os alunos a desenvolverem competência de adequação de suas falas, sem que isso implique renúncia da própria história linguística.

Nessa linha de pensamento, torna-se imprescindível uma revisão das práticas de correção escolar, já que, muitas vezes, anotações nas margens de provas e redações reproduzem discursos depreciativos sobre variedades populares, reforçando o sentimento de inadequação dos alunos. Ao reconhecer as regras próprias do falar caipira, o professor pode reconfigurar os critérios de avaliação, distinguindo fenômenos sistemáticos de desvios que realmente comprometem a clareza comunicativa. Essa mudança desloca a correção do campo da punição para o da reflexão e favorece aprendizagens mais consistentes e significativas (Bagno, 2013; Possenti, 1996).

Como desdobramento desse reposicionamento pedagógico, projetos interdisciplinares podem fortalecer a visibilidade da fala caipira no ambiente escolar. Isso se concretiza, por exemplo, quando trabalhos envolvendo história, geografia, literatura e artes permitem compreender essa variedade como expressão de processos culturais amplos. Amaral (2020), ao descrever práticas comunicativas do interior paulista, mostra como elementos linguísticos se articulam a tradições musicais, narrativas regionais e imaginários coletivos. Explorar tais conexões nas atividades escolares redimensiona o entendimento dos estudantes sobre as relações entre língua e cultura.

Outra dimensão relevante envolve a produção de materiais didáticos que contemplem a pluralidade linguística. Pesquisas recentes, como de Mollica (2007), mostram que iniciativas regionais de elaboração

de conteúdos têm contribuído para atualizar abordagens de variação linguística, embora ainda permaneçam restritas e pouco disseminadas. A inclusão de registros do falar caipira em livros didáticos, cadernos de atividades e plataformas digitais não apenas valoriza modos de falar historicamente marginalizados, mas também oferece aos alunos a possibilidade de se reconhecerem enquanto sujeitos linguísticos legítimos. Entende-se, assim, que ao trazer para o espaço escolar essas variedades, cria-se uma oportunidade concreta de consolidar representações mais equânimes sobre diferentes formas de falar, desafiando estereótipos e ampliando o universo cultural e linguístico dos aprendizes.

Essa valorização das diversas formas de falar reforça a importância de ampliar o debate pedagógico, que constitui um aspecto central para a construção de práticas educacionais mais inclusivas. Logo, as discussões sobre o falar caipira no ensino escolar contribuem diretamente para a formulação de políticas linguísticas que valorizem a diversidade, visto que a inserção dessas reflexões na rotina da escola, contribuem para o reconhecimento da legitimidade das variedades regionais pela instituição, assim como favorecem a formação de sujeitos capazes de compreender a complexidade do Português Brasileiro e de adotar uma postura crítica diante de discursos discriminatórios. Essa abordagem se articula ao desafio mais amplo de promover uma educação linguística que se afaste da homogeneização, reconhecendo a multiplicidade como princípio orientador do ensino (Bagno, 2013; Mollica, 2007).

Nessa direção, ao assumir a diversidade como eixo formativo, o debate pedagógico sobre essa variedade amplia o repertório analítico e crítico dos alunos, integrando conhecimentos linguísticos e extralinguísticos (Bagno, 2013; Faraco e Zilles, 2015). Quando esse debate incorpora a consciência de que as práticas de linguagem expressam histórias, memórias e pertencimentos, a escola fortalece vínculos identitários e contribui para a formação de pessoas mais conscientes de seu papel nas dinâmicas socioculturais. Desse modo, integrar o falar caipira ao ensino da língua portuguesa significa criar condições para que a diversidade não seja apenas mencionada, mas efetivamente trabalhada como fundamento da educação linguística contemporânea.

6 CONCLUSÃO

O percurso teórico desenvolvido permitiu reconhecer que o falar caipira constitui uma dimensão central da história linguística brasileira, não como resíduo de um passado rural, mas como parte ativa da constituição do português nacional. Essa variedade expressa formas específicas de organização social, de circulação de saberes e de construção de identidades, de tal forma a revelar que a língua acompanha os deslocamentos e conflitos que estruturam a vida coletiva. Dessa compreensão decorre a conclusão de que a presença do falar caipira não representa uma anomalia na paisagem linguística do país, mas um testemunho da complexidade histórica que moldou as regiões de interior e suas relações com o restante do território.

Nessa mesma linha interpretativa, o estudo possibilitou o entendimento de que as características estruturais da fala caipira — fonéticas, morfo-sintáticas e lexicais — confirmam seu pleno funcionamento sistêmico, o que reforça que se trata de uma forma legítima do português brasileiro, sustentada por regras próprias e socialmente significativas. Assim, a partir desse quadro analítico, torna-se possível perceber que esses traços não apenas dialogam com processos amplos do português brasileiro, como mostram que a diversidade interna da língua é resultado de dinâmicas sociais e culturais contínuas. Dessa análise, emerge a constatação de que a legitimidade do falar caipira decorre de sua própria organização interna e de sua historicidade, não de sua proximidade com a norma de prestígio. Tal perspectiva desmonta interpretações que associam valor linguístico à conformidade com padrões hegemônicos e reafirma que a língua funciona como espaço de múltiplas regularidades.

Ao ampliar o foco para os efeitos sociais desses processos, evidencia-se que o estigma que recai sobre essa modalidade não se funda em critérios linguísticos, mas em ideologias que hierarquizam sujeitos e espaços sociais. A desvalorização do falar caipira opera como dispositivo simbólico que reforça desigualdades históricas e naturaliza a concentração de prestígio em determinados grupos. Entende-se, desse modo, que a avaliação negativa dessa variedade não diz respeito à língua, mas aos modos pelos quais certos segmentos da população são posicionados em lugares de menor legitimidade. Desfazer esse mecanismo exige reconhecer que toda prática linguística é atravessada por disputas de poder que extrapolam o domínio estritamente gramatical.

Diante disso, o estudo aponta para a necessidade de reorganização do ensino de língua portuguesa a partir de uma perspectiva que tome a diversidade como fundamento, e não como problema. A incorporação reflexiva do falar caipira ao espaço escolar surge como condição para enfrentar desigualdades e ampliar o repertório analítico dos estudantes. Nesse movimento de reorientação pedagógica, ganha força a ideia de que práticas que reconhecem essa variedade não apenas valorizam trajetórias culturais frequentemente silenciadas, mas também fortalecem uma educação comprometida com a justiça linguística. Ao concluir o percurso investigativo, afirma-se que considerar o falar caipira é considerar o Brasil em sua pluralidade, e que a escola ocupa posição central na construção de um ambiente em que essa pluralidade se converta em instrumento de formação crítica e emancipadora.



REFERÊNCIAS

- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.
- BAGNO, Marcos. Introdução: Norma lingüística e outras normas. *In*: BAGNO, Marcos. **Norma lingüística**. São Paulo: Loyola, 2011. p. 9-21.
- BAGNO, Marcos. **Não é errado falar assim!** Em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2013.
- BITENCOURT, Filipe Gabrig *et al.* Sociolinguística, gênero e redes sociais digitais. **Revista Philologus**, ano 28, n. 84, Rio de Janeiro: CiFEGiL, set./dez.2022. Disponível em <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/1401/1465>. Acesso em: 20 out. 2025.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Sociolinguística educacional**. São Paulo; contexto, 2025.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris; ALMEIDA, Joyce Elaine de. **Variação linguística na escola**. São Paulo: Contexto, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Editora 34, 2021.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Editora Todavia, 2023.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Editora Todavia, 2023.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares Africanos na Bahia**: um vocabulário etnohistórico. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2023.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira**. Desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2016.



FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. Balanço crítico da Sociolinguística Variacionista no estado de São Paulo e a proposição de uma frente programática de investigação. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, p. 869-884, maio-ago 2012. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1205/759>. Acesso em: 10 set. 2025.

GUERRA, Luiz Antônio. **Mestres de ontem e de hoje: uma sociologia da viola caipira**. São Paulo, 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2025.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Planeta, 2011.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MACHADO, José Henrique Rodrigues *et al.* O falar caipira como influência de locus na construção de grupo. **Revista ft**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-falar-caipira-como-influencia-de-locus-na-construcao-de-grupo/> Acesso em: 05 nov. 2025.

MILROY, Lesley. **Language and social networks**. Inglaterra: Oxford: Brasil Blackwell, 1987.

MOLLICA, Maria Cecília. **Fala, letramento e inclusão social**. São Paulo: contexto, 2007.

MONTEIRO, José Lemos. **Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

MORAES, Elissandra de Lima Gouveia de; VIEIRA, Marília Silva. Variação linguística na escola: desafios do professor com o dialeto caipira dos alunos nos anos iniciais. **Anais do XVIII ENFOPLE Inhumas: UEG**, 2022. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/enfople/article/view/15420/12393>. Acesso em: 27 set. 2025.

MOREIRA, Francisco de Assis. **O dialeto caipira de Amadeu Amaral e suas reminiscências na linguagem de regiões rurais da Zona da Mata Mineira**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2020.

POSSENTI, Sirio. **Por que (não) Ensinar Gramática na Escola**. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 1996.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (org.). **O português e o tupi no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 27-47.



RUBIO, Cássio Florêncio e GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite A fala do interior paulista no cenário da sociolinguística brasileira: panorama da concordância verbal e da alternância pronominal. **Alfa**, v. 56, n. 2, p. 307-336, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4950/4370>. Acesso em: 27 set. 2025.

VIEIRA, David Serrão. **Variação linguística na fala de digital influencer**. Trabalho de conclusão de curso, UFRA, 2022. Disponível em <https://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2297/1/A%20VARIAC3%87%C3%83O%20LINGU%C3%8DSTICA%20NA%20FALA%20DE%20DIGITAL%20INFLUENCERS.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.